

A (IN)VISIBILIDADE DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS EM TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO, DISSERTAÇÕES E TESES BRASILEIRAS

Erich Teles BEZERRA¹

Universidade do Estado do Amazonas (UEAM)
erichczs@hotmail.com

Edivaldo da Silva COSTA²

Universidade Federal de Sergipe (UFSE)
edieinstein@hotmail.com

Leoni Ramos Souza NASCIMENTO³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
leoniramos@hotmail.com

RESUMO: Este artigo tem como intuito discutir a (in)visibilidade das Línguas Indígenas de Sinais (LIS) em trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses brasileiras produzidas entre 2008 até 2026. A metodologia se fundamentou na pesquisa Estado da Arte e os instrumentos de coletas de dados consultados foram a BDTD, Google Acadêmico e Repositórios Institucionais (RIs), sendo identificados nove trabalhos de conclusão de curso, 23 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado. Concluiu-se que é urgente fortalecer o protagonismo indígena, ampliar o financiamento para pesquisas na área e consolidar políticas intersetoriais que promovam a preservação, o ensino e a difusão das LIS como patrimônio linguístico e intercultural do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Etnolinguística; Interculturalidade; Línguas Indígenas de Sinais.

THE (IN)VISIBILITY OF INDIGENOUS SIGN LANGUAGE IN BRAZILIAN FINAL COURSE PROJECTS, DISSERTATIONS AND THESES

ABSTRACT: This article aims to discuss the (in)visibility of Indigenous Sign Languages (ISL) in Brazilian final course projects, dissertations and theses produced between 2008 and 2026. The methodology was based on a state-of-the-art review and the data collection instruments consulted were the BDTD, Google Scholar and Institutional Repositories (IRs), were identified nine final course projects, 23 dissertations and 11 theses. It was concluded that it is urgent to strengthen indigenous protagonism, expand funding for research in the area and consolidate intersectoral policies that promote the preservation, teaching and dissemination of ISL as a linguistic and intercultural heritage of Brazil.

¹ Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação pela MUST University (EUA), com diploma reconhecido no Brasil pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), nos termos da legislação vigente. Coordenador do Núcleo de Educação Bilíngue da Universidade do Estado do Amazonas (NEBS/UEA).

² Doutor em Educação. Docente do Departamento de Letras Libras e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Inclusiva da Universidade Federal de Sergipe (DELI/Profei/UFSE).

³ Doutor em Letras. Docente do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DLET/UFRN).

KEYWORDS: Ethnolinguistic Diversity; Interculturality; Indigenous Sign Languages.

1 INTRODUÇÃO

A interculturalidade, diversidade etnolinguística, multilinguismo e plurilinguismo/poliglôtismo⁴ constituem pilares etnoculturais da identidade dos povos indígenas no Brasil, embora o Art. 13 da Constituição Federal estabeleça o português como idioma oficial (Brasil, 1988), mas não situa a coexistência de inúmeras línguas faladas e sinalizadas nos territórios indígenas evidenciando a complexidade sociolinguística do país. A etnolinguística deve traçar uma fronteira entre variedade e variação da linguagem em relação à civilização e à cultura.

No que se refere à política linguística, a promulgação da Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, representou um avanço significativo para os direitos linguísticos da comunidade surda, consolidando seu *status* como primeira língua desse grupo. Contudo, esse reconhecimento ainda não se estendeu, com a mesma intensidade, às Línguas Indígenas de Sinais (LIS), que permanecem à margem de ações afirmativas das políticas públicas estruturadas e da produção acadêmica consolidada.

As LIS, por serem línguas visuo-gestuais usadas por indígenas surdos em distintas regiões do país, possuem elevado valor etnolinguístico e cultural. O Decreto nº 7.387/2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), configura-se como um importante instrumento legal para o reconhecimento das línguas como patrimônio cultural imaterial. A inclusão das LIS nesse inventário apresenta potencial para garantir sua preservação e transmissão entre gerações. No entanto, a efetivação desse reconhecimento

⁴ Nesta pesquisa, utilizaremos o termo multilíngue para descrever um país, um local ou uma instituição que acolhe diversas línguas, no caso do termo plurilíngue análogo a poliglota para descrever uma pessoa que se exprime em diversas línguas. O Brasil é um país multilíngue e os povos indígenas são plurilíngues.

requer ações concretas voltadas à documentação, valorização e promoção dessas línguas em contextos educacionais e institucionais.

A adesão do Brasil à Década Internacional das Línguas Indígenas, proposta pela Unesco e iniciada em 2022, fomentou a elaboração do Plano de Ação Nacional das Línguas Indígenas, o qual incluem diretrizes específicas para os idiomas de sinais originários. Conforme apresentado na versão de 2024 do referido plano, há um compromisso explícito com a valorização das LIS, ressaltando a necessidade de “reconhecer e apoiar as línguas indígenas de sinais como expressão da diversidade cultural e como direito linguístico de comunidades historicamente marginalizadas” (Brasil, 2024, p. 38).

Um exemplo emblemático desse movimento ocorreu no município de Miranda, no Mato Grosso do Sul, com a promulgação da Lei Municipal nº 1.538, de 4 de abril de 2023. A norma oficializou quatro línguas: a Língua Terena, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a Língua Terena de Sinais (LTS) e a Língua Kinikinau. Essa iniciativa evidencia a relevância da institucionalização das línguas originárias em diversas esferas da gestão pública, contribuindo para a consolidação dos direitos linguísticos dos povos indígenas, especialmente dos indígenas surdos, historicamente invisibilizados nas políticas educacionais.

Em publicação oficial, o Comitê Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas enfatiza que “as línguas indígenas de sinais são expressões legítimas das culturas indígenas e demandam reconhecimento, fortalecimento e mapeamento urgente, pois muitas delas são restritas a pequenos grupos familiares e correm risco de desaparecimento” (Rubim; Santos, 2024, p. 5).

Diante desse panorama, este artigo teve como intuito discutir a (in)visibilidade das Línguas Indígenas de Sinais em trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses

brasileiras produzidas entre 2008 até 2026. Com base nos estudos surdos e interculturais, buscou-se responder às seguintes questões: de que modo as LIS têm sido contempladas nas produções acadêmicas nacionais, e quais os principais desafios enfrentados para a consolidação desse campo de estudo? A justificativa desta investigação reside na necessidade de ampliar os debates em torno das LIS como línguas legítimas, refletindo sobre os silenciamentos históricos e apontando caminhos para sua valorização.

2 PANORAMA DAS INICIATIVAS DE DOCUMENTAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS (LIS): CONSIDERAÇÕES GERAIS

A produção científica sobre línguas de sinais no Brasil tem sido tradicionalmente concentrada na Língua Brasileira de Sinais (Libras), em detrimento das Línguas Indígenas de Sinais (LIS). No entanto, estudos mais recentes têm procurado preencher essa lacuna, lançando luz sobre os diversos contextos sociolinguísticos em que essas línguas emergem. Ferreira-Brito (1995) destaca que a organização gramatical das línguas de sinais deve ser compreendida dentro de suas próprias estruturas linguísticas, o que reforça a legitimidade das LIS enquanto sistemas autônomos e complexos (Costa et al., 2021).

A consolidação do campo de estudos sobre as LIS no Brasil tem sido impulsionada, sobretudo, pelas contribuições de pesquisadores comprometidos com o reconhecimento da diversidade linguística dos povos originários (Costa et al., 2021; Costa; Bezerra; Nascimento, 2022). Embora ainda escasso, esse corpo teórico tem ampliado significativamente a visibilidade das LIS, evidenciando que se tratam de sistemas linguísticos autônomos, forjados em contextos socioculturais específicos e distintos da Libras. Sobre as LIS, Soares e Fargetti (2022) chamam atenção para o descompasso entre o avanço das pesquisas e a efetiva institucionalização dessas línguas, o que ainda limita sua

inserção em currículos escolares, formações docentes e políticas públicas voltadas à educação bilíngue indígena.

Vilhalva (2009, 2012) foi pioneira no mapeamento das comunidades indígenas surdas em Mato Grosso do Sul, evidenciando a existência de características linguísticas próprias entre os Terena, Kinikinau, Guarani-Kaiowá e outros povos. Sua pesquisa apontou para a necessidade urgente de reconhecimento dessas línguas como patrimônio etnolinguístico-cultural dos povos indígenas, contribuindo para o debate sobre bi/multilinguismo e inclusão educacional.

Soares (2018) e Sumaio (2014) aprofundaram a investigação sobre a Língua Terena de Sinais (LTS), analisando aspectos morfossintáticos e socioculturais. Esses trabalhos demonstraram que a LTS possui traços linguísticos distintivos e não pode ser reduzida à simples adoção da Libras pelos indígenas surdos. A existência de sinais nativos compartilhados entre ouvintes e surdos da etnia Terena indica uma complexa rede de comunicação visual-gestual que demanda maior atenção acadêmica.

Ferreira (2021) desenvolveu um minidicionário digital da língua de sinais Munduruku (LSM), integrando práticas tradicionais e recursos tecnológicos contemporâneos, representando um avanço importante na documentação e sistematização de sinais específicos de uma etnia. A produção de materiais educativos e recursos digitais é um passo essencial para a preservação dessas línguas e para sua transmissão intergeracional. A digitalização dos sinais contribui não apenas para o registro linguístico, mas também para a valorização identitária das comunidades indígenas, especialmente entre os jovens, ao promover a preservação da memória coletiva em formatos acessíveis e permanentes.

Gregianini (2017) e Eler (2017) também contribuíram para o registro dos sinais usados por indígenas Paiter Suruí (SPS), ampliando o *corpus* documental disponível sobre as LIS.

As dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação desempenham papel central nesse processo de construção do conhecimento. Um exemplo emblemático é a pesquisa de Santos (2024), que apresenta uma descrição preliminar da Língua Makuxi de Sinais, identificando estruturas lexicais, fonológicas e sintáticas próprias. Essa pesquisa reforça a necessidade de reconhecer a LIS Makuxi como um sistema legítimo, oferecendo subsídios para políticas educacionais mais inclusivas e culturalmente sensíveis.

A pesquisa de Vilhalva e Araújo (2022) destaca os desafios enfrentados pelas escolas indígenas ao atender estudantes surdos, evidenciando a ausência das LIS nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Tal lacuna compromete os princípios de uma educação intercultural e reforça a necessidade de medidas institucionais que assegurem o direito à comunicação plena nas línguas originárias. Esse cenário revela a fragilidade das políticas educacionais diante da complexidade sociolinguística dos povos indígenas.

Outra contribuição relevante está no estudo de Santos, Silva, Vilhalva e Santos (2023), que analisam os conflitos entre os saberes indígenas e as políticas públicas estatais. Os autores apontam que a prevalência de modelos monolíngues nas práticas educacionais dificulta o reconhecimento das LIS como línguas legítimas, invisibilizando as experiências comunicativas dos surdos indígenas. O trabalho propõe uma educação mais dialógica e colaborativa, centrada no protagonismo indígena e na valorização das práticas pedagógicas locais.

Na perspectiva dos estudos interculturais, Santos *et al.* (2024) defendem uma abordagem multilíngue e intercultural para o ensino das LIS e da Libras, considerando os contextos sociolinguísticos em que essas línguas coexistem com os idiomas orais

indígenas. Essa proposta reconhece os surdos indígenas como sujeitos ativos em suas trajetórias linguísticas, apontando para a necessidade de incluir suas vozes na formulação de currículos, materiais didáticos e estratégias de ensino.

Dessa forma, as produções acadêmicas têm se mostrado fundamentais para o fortalecimento das LIS enquanto campo de estudo, instrumento de resistência cultural e ferramenta de justiça linguística. Elas não apenas documentam os sinais utilizados em diferentes comunidades, mas também tensionam os modelos educacionais vigentes e propõem novas formas de atuação institucional. Apesar das limitações quanto à difusão, financiamento e apoio técnico, essas pesquisas constituem marcos essenciais na luta por uma educação verdadeiramente plural, equitativa e alinhada à realidade linguística dos povos indígenas brasileiros.

A seguir, será dado enfoque ao percurso metodológico a partir dos materiais e métodos adotados.

3 MATERIAS E MÉTODOS

A metodologia possui natureza bibliográfica e se fundamentou nos elementos constitutivos do Estado da Arte, de caráter exploratório e de abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (2011), essa abordagem é adequada para compreender os significados atribuídos pelos sujeitos e instituições aos fenômenos sociais e culturais, sendo, portanto, apropriada para investigar as LIS enquanto expressões identitárias e elementos do patrimônio imaterial dos povos indígenas.

As pesquisas do tipo Estado da Arte, Ferreira (2002) define como um mapeamento e discussão das produções acadêmicas de diversas áreas do conhecimento, dando destaque aos aspectos que vêm sendo produzidos em diferentes lugares e épocas. Assim, esse tipo de pesquisa significa contribuir para a produção do campo teórico de uma área do

conhecimento, seja em dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos, artigos científicos e outras publicações. Para a análise, foram considerados apenas trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

A escolha por um estudo com caráter exploratório se fundamentou em Gil (2003) que indica sua aplicabilidade em temáticas ainda pouco abordadas, permitindo o delineamento de categorias analíticas e a construção de hipóteses iniciais. Diante da ínfima produtividade de estudos sistemáticos sobre a presença das LIS nos programas de pós-graduação brasileiros, a pesquisa priorizou o levantamento bibliográfico e a análise interpretativa.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram os bancos digitais de dados públicos, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD - <https://bdtd.ibict.br/vufind/>), o Google Acadêmico (<https://scholar.google.com/?hl=pt-BR>) e os repositórios institucionais (RIs) de universidades brasileiras ligados nas bases consultadas.

Sobre os RIs, segundo Leite e Costa (2006), caracterizam-se como uma excelente ferramenta para o gerenciamento da produção intelectual, pois possibilitam reunir, armazenar, organizar e disseminar a produção científica de diversas instituições de ensino.

As buscas nas bases consultadas foram conduzidas por meio de descritores como “Língua Indígena de Sinais”, “Surdo/Indígena” e “LIS”. Os critérios de seleção abrangeram estudos que abordassem direta ou indiretamente as LIS, com ênfase naqueles que discutem seu papel em contextos educacionais, culturais e políticos. Além disso, foram considerados a relevância temática, a clareza metodológica e a contribuição dos trabalhos para a ampliação da visibilidade das LIS. O período de coleta dos dados compreendeu os meses de abril a julho de 2026.

A análise de dados desta pesquisa se deu em três etapas: i) consultas nos bancos de dados estabelecidos, ii) tabulação e categorização das produções (categoria 1: trabalhos de conclusão de curso, categoria 2: dissertações e categoria 3: teses) e iii) análise dos dados obtidos.

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Marconi e Lakatos (2008), que permite examinar de forma sistemática e objetiva os discursos contidos nos textos. A partir da leitura e da categorização temática, foram identificadas recorrências e lacunas relacionadas à presença institucional das LIS, à produção científica, aos entraves nas políticas públicas e às experiências educacionais nos territórios indígenas.

A investigação foi complementada por uma análise crítica de documentos legais e normativos relevantes, como o Decreto nº 7.387/2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e o Plano de Ação da Década Internacional das Línguas Indígenas (Rubim; Santos, 2024), elaborado segundo diretrizes da UNESCO. Esses documentos subsidiaram o entendimento das estratégias de valorização e institucionalização das línguas indígenas de sinais no Brasil.

A metodologia apoia-se nos pressupostos de Gil (2003), Marconi e Lakatos (2008) e Minayo (2011), priorizando uma análise interpretativa e crítica do material coletado. Como referência relevante para a compreensão das ações de registro e promoção das LIS, destaca-se a cartilha intitulada “Línguas Indígenas de Sinais (LIS)” (Rubim; Santos, 2024), elaborada pelo Comitê Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas, disponível no portal da Década (<https://www.decadalinguasindigenasbr.com/linguas-indigenas-de-sinais-lis/>). Esse material representa um esforço recente de sistematização e sensibilização sobre a existência, o uso e a relevância das LIS no Brasil, apresentando

experiências comunitárias, conceitos-chave e recomendações de políticas institucionais voltadas à preservação e fortalecimento dessas línguas. A seguir, serão analisados os trabalhos obtidos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para esta etapa, foram adotadas três categorias analíticas, no Quadro 1 estão organizados os trabalhos obtidos para este estudo, destacando os nomes dos autores, o ano de publicação/instituição de ensino, títulos das obras consultadas com relevância para as comunidades indígenas brasileiras.

Quadro 1: Inventário de trabalhos obtidos sobre Línguas Indígenas de Sinais (LIS)

Categoria 1: TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO		
AUTOR	ANO/IES	TÍTULO
Irlan Marcos Cerqueira Santos	2015/UFMA	O acesso do surdo Ka'apor em sua comunidade indígena à educação: Uma discussão de inclusão
Sâmela Celeste Garcia Viturino Sant'ana	2016/INES	Educação de índios surdos no Brasil: desafios linguísticos e culturais
Valdirene Nascimento da Silva Oliveira	2018/UFAC	Identidade e práticas interculturais na escola indígena Apurinã na aldeia Camicuã - Boca do Acre
Bruno Henrique da Silva	2019/UFSCar	Educação de surdos indígenas em uma comunidade Pankararu no interior de Pernambuco: Educação Inclusiva, Educação Bilíngue ou o quê?
Joicilene dos Santos Moura	2019/UFRR	Estudo comparativo entre sinais caseiros e a Libras com surdos de Canaúanim
Andréa Raquel da Silva Tavares Lopes	2020/UFSC	Levantamento terminológico em Libras para os termos indígenas dos Tapeba
Elenira Oliveira Gomes Apurinã	2020/UFAC	História e construção da Língua de Sinais Hãtxa Kui Brasileira (LSHKB)
Ivan de Souza	2021/UFPR	HQ sinalizada: <i>séno mókere kaxé koixómuneti</i>
Erich Teles Bezerra	2021/UFSC	Uma análise dos sinais-termo das etnias indígenas nas toadas dos bois bumbás
Categoria 2: DISSERTAÇÕES DE MESTRADO		
AUTOR	ANO/IES	TÍTULO
Marisa Fátima Padilha Giroletti	2008/UFSC	Cultura surda e educação escolar kaingang
Shirley Vilhalva	2009/UFSC	Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas de Mato Grosso do Sul
Luciana Lopes Coelho	2011/UFMG	A constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e

		comunicação na família e na escola.
Juliana Maria da Silva Lima	2013/UFMG	A criança indígena surda na cultura guarani-kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola
Priscilla Alyne Sumaio Soares	2014/Unesp	Sinalizando com os Terena: um estudo do uso da Libras e de sinais nativos por indígenas surdos
Dyego Ramos Henrique	2014/UnB	Indígenas surdos e a deficiência no SUS: a percepção multiprofissional no atendimento no sistema de saúde no município de Dourados – Mato Grosso do Sul
João Henrique da Silva	2014/UnB	Formação de professores para o atendimento educacional especializado em escolas indígenas
Marlon Jorge Silva de Azevedo	2015/UEA	Mapeamento e contribuições linguísticas do professor surdo aos índios surdos da etnia Sateré-Mawé na microrregião de Parintins
Euder Arrais Barreto	2016/UFG	A situação de comunicação dos Akwê-Xerente surdos
Miriã Gil de Lima Costa	2017/Unir	Mapeamento dos sinais Paiter Suruí no contexto da comunidade familiar
Luciana Coladine Bernanrdo Gregianini	2017/Unir	Mapeamento dos sinais Paiter Suruí no contexto da comunidade
Rosiane Ribas de Souza Eler	2017/UNIR	Mapeamento de sinais da educação escolar indígena dos surdos Paiter Suruí
Letícia de Souza Magalhães Damasceno	2017/UFBA	Surdos Pataxó: inventário das línguas de sinais em território etnoeducacional
Mirna Patrícia Marinho da Silva	2017/UFG	Que memórias me atravessam? Meu percurso de estudante indígena
Bruno Roberto Nantes Araújo	2018/UFMS	A escolarização de indígenas terena surdos: desafios e contradições na atuação do tradutor intérprete de línguas de sinais – TILS
Caroliny Capetta Martins	2020/Uninter	O ensino de astronomia indígena para surdos
Michelle Sousa Mussato	2021/UFMS	O que é ser índio sendo surdo? um olhar transdisciplinary
Ivanilton Ferreira	2021/UFPA	Minidicionário digital da Língua de Sinais Mundurucu
Marcia Aparecida Rodrigues Mateus	2021/UFMG	Comunicação de uma indígena surda no ensino superior: um estudo de caso
Fabiane Silva Barroso	2021/UFT	Educação escolar de indígenas surdos: Um olhar para o contexto Apinajé
Rita de Cássia Silva Sanglard	2023/UEM	Políticas públicas de educação inclusiva: Um estudo de caso de uma Indígena surda na comunidade escolar Kaingang Terra Indígena Ivaí- Manoel Ribas – Paraná
David Kaique Rodrigues dos Santos	2024/UESB	Língua Indígena Pataxó de Sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas pataxós surdos (<i>Atxôhã Txihihã Pataxó Ūpú Ātxoê: niñiemã mayō uĩ modxê kijëtxawê txó txihihã pataxó porĩnok</i>)
Andressa Muniz da Silva Mamende	2026/UFMG	Terenando a disciplina de cultura indígena na educação escolar de uma estudante indígena terena surda na terra indígena de Dourados-MS (<i>Ipihopovoti xoko kixóvoku tēnoe enepone ihikauvoti kixovókuti itũkeovo kopénoti ya ihikauvo poehuti sēno tēnoe ovoti poké'ekake Dourados-MS</i>)

Categoria 3: TESES DE DOUTORADO		
AUTOR	ANO	TÍTULO
Priscilla Alyne Sumaio Soares	2018/Unesp	Língua Terena de Sinais: uma análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos Terena da terra indígena Cachoeirinha
Luciana Lopes Coelho	2019/UFGD	A educação escolar de indígenas surdos Guarani e Kaiowá: discursos e práticas de inclusão
Gustavo Godoy	2020/UFRJ	Os Ka'apor, os gestos e os sinais
Ana Carolina Machado Ferrari	2020/UFGM	A construção de corpos com e sem deficiência nas práticas de circulação de conhecimento Xakriabá
Diná Souza da Silva	2021/UFSC	Inventário de língua de sinais emergentes encontradas no Brasil: o caso da Cena (Jaicós-PI) e da língua de sinais de Caiçara (Várzea Alegre-CE)
Ana Clara Nogueira Ferreira	2021/UFGM	Educação escolar de alunos indígenas com deficiência: um estudo da escola indígena pataxó Coroa Vermelha–BA
Michelle Souza Mussato	2022/UFMS	Surdo-Terena: a (in)existência de sujeitos (s)em política(s) linguística(s)
Marcos Roberto dos Santos	2023/UnB	O povo da água: A emergência da Língua Omágua-Kambebe de Sinais, uma descrição multimodal
Bruno Roberto Nantes Araújo	2023/UCDB	A colonização pela Libras das línguas de sinais dos indígenas surdos das aldeias Olho D'Água, Barreirinho e Água Azul, da Terra Indígena Buriti, em Mato Grosso do Sul
Shirley Vilhalva	2024/Unicamp	Objetos digitais e multiletramentos para o ensino de línguas na educação de indígenas surdos: desafios e proposições
Luciana Coladine Bernardo	2024/Unemat	Identificação, registro e análise de sinais dos surdos Cinta Larga em Rondônia: princípios para o reconhecimento linguístico

Fonte: Quadro elaborado pelos pesquisadores com base nos dados coletados.

Analisando os dados contidos no quadro acima, foi possível identificar na Categoria 1, 9 trabalhos de conclusão de curso, na Categoria 2, 23 dissertações de mestrado e na Categoria 3, 11 teses de doutorado conforme dados disponíveis no Quadro 1. Quanto aos trabalhos de conclusão de curso (Categoria 1), os dados são imprecisos porque não demonstra sua totalidade, pois muitas dessas produções não foram depositadas no banco de arquivamento do repositório institucional das IES para disponibilização digital, o que dificultou nas buscas realizadas.

A produção científica sobre as Línguas Indígenas de Sinais (LIS) no Brasil ainda é marcada por lacunas significativas, tanto em termos quantitativos quanto em profundidade analítica. Apesar da existência de pesquisas relevantes, essas produções permanecem à

margem dos grandes centros de difusão acadêmica e não ocupam espaço de destaque nos principais periódicos e eventos da área da Linguística, Educação e Estudos Interculturais. Como resultado, o campo das LIS ainda carece de reconhecimento consolidado como uma subárea legítima de investigação científica.

Os dados levantados nos repositórios institucionais demonstraram que há um número reduzido de dissertações (Categoria 2) e teses (Categoria 3) dedicadas exclusivamente às LIS. Muitas vezes, elas aparecem como tema secundário dentro de estudos mais amplos sobre inclusão, bilinguismo ou educação indígena, o que dificulta a consolidação de um *corpus* específico e aprofundado. Esse cenário revela, conforme apontado por Sumaio (2014), a dificuldade estrutural em reconhecer as LIS como línguas autônomas, refletindo a ausência desses sistemas nos currículos de formação docente e nos programas de pós-graduação.

Outro fator que contribui para essa invisibilidade é a concentração geográfica e institucional das pesquisas como a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal de Rondônia (Unir), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) que desempenham papel relevante, ao desenvolver projetos voltados à documentação e análise das LIS, mas ainda representam iniciativas pontuais e localizadas. A maioria das instituições de ensino superior, sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde se concentram a maioria das comunidades indígenas sinalizantes, não possui linhas de pesquisa voltadas à temática, nem políticas institucionais que incentivem essa abordagem. Isso resulta em uma produção irregular, tanto em termos regionais quanto temáticos, dificultando o acesso a dados sistematizados.

Além disso, a escassez de pesquisadores fluentes nas LIS e a ausência de materiais didáticos ou metodologias específicas para a coleta e análise desses sinais comprometem a qualidade e a abrangência das investigações. Ferreira (2021), ao desenvolver um minidicionário digital da LIS Munduruku, expôs a dificuldade em registrar a complexidade dessas línguas sem a participação ativa das comunidades. Essa carência de metodologias participativas, aliada à pouca formação linguística específica na área, agrava o problema da invisibilidade científica.

Outro obstáculo importante está na baixa circulação das produções existentes. Muitas dissertações e teses ficam restritas aos repositórios institucionais e não são transformadas em artigos científicos, capítulos de livros ou materiais de formação. Essa limitação dificulta o diálogo entre pesquisadores, educadores e formuladores de políticas públicas, perpetuando o desconhecimento sobre as LIS nos espaços decisórios da educação e da cultura.

Diante desse panorama, é fundamental fortalecer as redes de pesquisa interinstitucionais e interétnicas, criando espaços permanentes de diálogo entre academia e comunidades indígenas surdas. É necessário, também, ampliar o financiamento público para projetos voltados à documentação, ensino e promoção das LIS, bem como garantir a publicação e a difusão dos resultados em meios acessíveis e com impacto nacional. A superação da invisibilidade das línguas indígenas de sinais na produção científica requer o compromisso político e epistemológico com a diversidade linguística, o respeito aos saberes tradicionais e a construção de uma ciência verdadeiramente plural, intercultural e decolonial.

A análise das produções acadêmicas e dos documentos normativos evidenciam um hiato entre os avanços conceituais sobre a diversidade linguística e a aplicação prática dessas diretrizes nas políticas públicas e educacionais voltadas às LIS. Embora haja um

crescente reconhecimento simbólico dessas línguas nos discursos institucionais, a ausência de ações efetivas, sistemáticas e de longo prazo compromete sua valorização e preservação nos contextos cotidianos das comunidades indígenas sinalizantes.

A falta de articulação entre pesquisa, currículo e formação docente dificulta que esses conhecimentos se traduzam em práticas pedagógicas que valorizem e utilizem as LIS como línguas de instrução ou como objeto de ensino.

A escassez de profissionais formados que compreendam as especificidades sociolinguísticas das comunidades indígenas, somada à inexistência de materiais didáticos elaborados nas próprias LIS, reforça um processo de exclusão histórica. Soares (2018) observa que a atuação de intérpretes não fluentes nas LIS, ou com domínio exclusivo da Libras, compromete a mediação educacional ao ignorar os repertórios linguísticos locais dos estudantes surdos indígenas. Essa falha mina o direito constitucional à educação bilíngue e intercultural e perpetua desigualdades dentro do sistema educacional.

Outro desafio central refere-se à ausência de dados estatísticos confiáveis sobre o número de usuários, vitalidade e usos sociais das LIS nos diversos territórios. O Plano de Ação da Década Internacional das Línguas Indígenas (2024) já alerta que a escassez de indicadores sobre as línguas visuais-gestuais dificulta o planejamento, a definição de prioridades e a avaliação de políticas públicas voltadas à diversidade linguística.

Dessa forma, os dados analisados revelam que, apesar dos avanços teóricos e das iniciativas pontuais, as LIS permanecem sub(des)valorizadas no cenário educacional e institucional brasileiro. A superação dessas barreiras exige uma política linguística articulada, que promova o diálogo entre pesquisa acadêmica, formação de professores, produção de materiais em LIS e escuta ativa das comunidades indígenas. Somente com esse alinhamento será possível transformar o reconhecimento simbólico das LIS em ações

estruturadas de ensino, valorização e salvaguarda desses patrimônios linguísticos evitando o seu apagamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que a produção de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses defendidas, nos últimos dezesseis anos, sobre as LIS, é ainda incipiente, porém aponta avanços como a inserção das LIS em marcos legais e iniciativas internacionais, mas ainda carece de efetiva institucionalização e reconhecimento prático.

O mapeamento crítico e analítico da produtividade acadêmica possibilitou a identificação das conquistas, avanços e desafios enfrentados pelas LIS e revelou a importância do protagonismo indígena nos processos de documentação, ensino e preservação dessas línguas, reforçando a necessidade de práticas colaborativas entre universidades e comunidades indígenas sinalizantes.

As contribuições das pesquisas acadêmicas identificadas somam-se em esforços no mapeamento, na descrição e na valorização das LIS enquanto sistemas etnolinguísticos autônomos. No entanto, a ausência de políticas públicas estruturadas e de estratégias pedagógicas comprometidas com a diversidade linguística limita a consolidação das conquistas obtidas.

Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem o estudo da atuação de intérpretes em contextos multilinguísticos e investiguem o impacto da formação docente sobre a manutenção e transmissão das LIS. Além disso, torna-se urgente investir em iniciativas lideradas por pesquisadores indígenas, na produção de materiais pedagógicos contextualizados e na formação de educadores comprometidos com as realidades sociolinguísticas locais.

No campo educacional-intercultural, a revisão dos currículos escolares e universitários se mostra imprescindível para incorporar as LIS como línguas de instrução e objetos de estudo. A ausência de políticas formativas consistentes e a ínfima quantidade de recursos didáticos ainda representam barreiras concretas à efetivação de uma educação bilíngue e intercultural.

Por fim, reafirma-se a necessidade de reconhecer as LIS como parte da diversidade linguística nacional e do patrimônio cultural imaterial, nos termos do Decreto nº 7.387/2010. Promover a visibilidade e o ensino dessas línguas é um compromisso com a justiça histórica, a equidade linguística e o fortalecimento das identidades dos povos indígenas surdos no Brasil.

Este estudo delineado contribui com o fortalecimento desse campo emergente, ampliando o debate científico sobre a interculturalidade e diversidade etnolinguística visuo-gestual dos povos indígenas brasileiros.

REFERÊNCIAS

- APURINÃ, Elenira Oliveira Gomes. **História e construção da Língua de Sinais Hãtxa Kui Brasileira (LSHKB)**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso – UFAC, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349265128_Historia_e_Construcao_da_Lingua_de_Sinais_Hatxa_Kui_Brasileira_LSHKB
- ARAÚJO, Bruno Roberto Nantes. **A escolarização de indígenas terena surdos: desafios e contradições na atuação do tradutor intérprete de línguas de sinais – TILS**. 2018. Dissertação de mestrado – UFMS, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201489>
- ARAÚJO, Bruno Roberto Nantes. **A colonização pela Libras das línguas de sinais dos indígenas surdos das aldeias Olho D'Água, Barreirinho e Água Azul, da Terra Indígena Buriti, em Mato Grosso do Sul**. 2023. Tese de doutorado – UCDB, 2023. Disponível em: <https://bib.ucdb.br/acervo/259137>
- AZEVEDO, Marlon Jorge Silva de. **Mapeamento e contribuições linguísticas do professor surdo aos índios surdos da etnia Sateré-Mawé na microrregião de Parintins**.

2015. Dissertação de mestrado – UEA, 2015. Disponível em:
https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEA_0c637b5da77d9527df21986bbda1f5e5

BARRETO, Euder Arrais. **A situação de comunicação dos Akwê-Xerente surdos**. 2016. Dissertação de mestrado – UFG, 2016. Disponível em:
<https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/465245dd-8a61-4eae-82c1-e2328d4d2407/content>

BARROSO, Fabiane Silva. **Educação escolar de indígenas surdos: Um olhar para o contexto Apinajé**. 2021. Dissertação de mestrado – UFT, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4340>

BERNARDO, Luciana Coladine. **Identificação, registro e análise de sinais dos surdos Cinta Larga em Rondônia: princípios para o reconhecimento linguístico**. 2024. Tese de doutorado – UNEMAT, 2024. Disponível em:
<https://caceres.unemat.br/faculdades/facel/stricto/ppgl/dissertacao-e-tese>

BEZERRA, Erich Teles. **Uma análise dos sinais-termo das etnias indígenas nas toadas dos bois bumbás**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso – UFSC, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/223522>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: Julho de 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: Julho de 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CXLVII, n. 237, p. 3, 10 dez. 2010. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm. Acesso em: Junho de 2025.

BRASIL. Lei Municipal nº 1538, de 4 de abril de 2023. Emenda aditiva à Lei nº 1382 de 12 de abril de 2017. Município de Miranda – MS. Disponível em:
<https://leismunicipais.com.br/a/ms/m/miranda/lei-ordinaria/2023/153/1538/lei-ordinaria-n-1538-2023-cooficializa-a-lingua-terena-no-municipio-de-miranda-ms>. Acesso em: Junho de 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: Junho de 2025.

BRASIL. Comitê Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil. Plano de ação da Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil – Versão 2024. Disponível em: https://www.decadalinguasindigenasbr.com/wp-content/uploads/2024/04/PLANO-DE-ACAO_2024_TUALIZADO.pdf. Acesso em: Maio de 2025.

COELHO, Luciana Lopes. **A constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá:** os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola. 2011. Dissertação de mestrado – UFGD, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/620>

COELHO, Luciana Lopes. **A educação escolar de indígenas surdos Guarani e Kaiowá:** discursos e práticas de inclusão. 2019. Tese de doutorado – UFGD, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/925>

COMITÊ DA DÉCADA INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL. Línguas indígenas de sinais. Disponível em: <https://www.decadalinguasindigenasbr.com/linguas-indigenas-de-sinais/>. Acesso em: Junho de 2025.

COSTA, Miriã Gil de Lima. **Mapeamento dos sinais Paiter Suruí no contexto da comunidade familiar.** 2017. Dissertação de mestrado – UNIR, 2017. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-352-3.pdf>

COSTA, Edivaldo da Silva; NASCIMENTO, Leoni Ramos Souza; PRATES, Magno Prado Gama. Karai Je'eha Jakwahã! (Comunique-se bem!): um estudo sobre as línguas de sinais das terras indígenas. **Humanidades & Inovação**, v. 8, p. 20-35, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2891>

COSTA, Edivaldo da Silva; BEZERRA, Erich Teles; NASCIMENTO, Leoni Ramos Souza. Etnoterminologia de Etnias das Línguas de Sinais das Terras Indígenas Brasileiras. **Liames**, v. 22, p. 1/e022006-21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8668367>

DAMASCENO, Leticia de Souza Magalhães. **Surdos Pataxó:** inventário das línguas de sinais em território etnoeducacional. 2017. Dissertação de mestrado – UFBA, 2017. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_32374e355d84f46e0f293a69112fd199

DEZEMBRO INDÍGENA: Línguas indígenas de sinais. Disponível em: <https://www.decadalinguasindigenasbr.com/linguas-indigenas-de-sinais-lis/>. Acesso em: Junho de 2025.

ELER, Rosiane Ribas de Souza. **Mapeamento de sinais da educação escolar indígena dos surdos Paiter Suruí.** 2017. Dissertação de mestrado – UNIR, 2017. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3286>

FERREIRA, Ivanilton. **Minidicionário digital da Língua de Sinais Munduruku**. 2021. Dissertação de mestrado – UFPA, 2021.

FERREIRA, Ana Clara Nogueira. **Educação escolar de alunos indígenas com deficiência**: um estudo da escola indígena pataxó Coroa Vermelha–BA. 2021. Tese de doutorado – UFMG, 2021.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma gramática da língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1995.

FERRARI, Ana Carolina Machado. **A construção de corpos com e sem deficiência nas práticas de circulação de conhecimento Xakriabá**. 2021. Tese de doutorado – UFMG, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/72e6b262-014d-4182-91d5-695e7b6ad767>

GIROLETTI, Marisa Fátima Padilha. **Cultura surda e educação escolar kaingang**. 2008. Dissertação de mestrado – UFSC, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91404>

GREGIANINI, Luciana Coladine Bernanrdo. **Mapeamento dos sinais Paiter Suruí no contexto da comunidade**. 2017. Dissertação de mestrado – UNIR, 2017. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-352-3.pdf>

GODOY, Gustavo. **Os Ka’apor, os gestos e os sinais**. 2020. Tese de doutorado – UFRJ, 2020. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3Agodoy-2020/Godoy_2020_Os_Kaapor_os_gestos_e_os_sinais.pdf

HENRIQUE, Dyego Ramos. **Indígenas surdos e a deficiência no SUS: a percepção multiprofissional no atendimento no sistema de saúde no município de Dourados – Mato Grosso do Sul**. 2014. Dissertação de mestrado – UnB, 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/8761>

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão de conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.2, p. 206 -219, mai./ago. 2006.

LIMA, Juliana Maria da Silva. **A criança indígena surda na cultura guarani-kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola**. 2013. Dissertação de mestrado – UFGD, 2013. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/JULIANA%20MARIA%20DA%20SILVA%20LIMA.pdf>

LOPES, Andréa Raquel da Silva Tavares. **Levantamento terminológico em Libras para os termos indígenas dos Tapeba**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso – UFSC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/220218/Andr%C3%A9a.Raquel.da.Silva.Tavares.Lopes-TCC.2020.pdf?sequence=3>

MAMENDE, Andressa Muniz da Silva. **Terenando a disciplina de cultura indígena na educação escolar de uma estudante indígena terena surda na terra indígena de Dourados-MS**. 2026. Tese de doutorado – UFGD, 2026.

MARTINS, Caroliny Capetta. **O ensino de astronomia indígena para surdos**. 2020. Dissertação de mestrado – UNINTER, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/484>

MATEUS, Marcia Aparecida Rodrigues. **Comunicação de uma indígena surda no ensino superior: um estudo de caso**. 2021. Dissertação de mestrado – UFGD, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5291/1/MarciaAparecidaRodriguesMateus.pdf>

MOURA, Joicilene dos Santos. **Estudo comparativo entre sinais caseiros e a Libras com surdos de Canaúanim**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – UFRR, 2019. Disponível em: <https://ufr.br/libras/documentos-para-download/tccs/>

MUSSATO, Michelle Sousa. **O que é ser índio sendo surdo?** um olhar transdisciplinar. 2021. Dissertação de mestrado – UFMS, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3826>

MUSSATO, Michelle Souza. **Surdo-Terena: a (in)existência de sujeitos (s)em política(s) linguística(s)**. 2022. Tese de doutorado – UFMS, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5164>

OLIVEIRA, Valdirene Nascimento da Silva. **Identidade e práticas interculturais na escola indígena Apurinã na aldeia Camicuã - Boca do Acre**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – UFAC, 2018. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6433345

PLANO DE AÇÃO para a Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil – 2022-2032. Comitê Gestor Nacional da Década das Línguas Indígenas no Brasil. Disponível em: https://www.decadalinguasindigenasbr.com/wp-content/uploads/2024/04/PLANO-DE-ACAO_2024_TUALIZADO.pdf. Acesso em: Junho de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Sinais da cidade: a diversidade linguística na metrópole paulistana. Artigo publicado no Acervo Digital da SME. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Mai-2-Artigo-4.pdf>. Acesso em: Julho de 2025.

SANGLARD, Rita de Cássia Silva. **Políticas públicas de educação inclusiva: Um estudo de caso de uma Indígena surda na comunidade escolar Kaingang Terra Indígena Ivaí-Manoel Ribas – Paraná**. 2024. Dissertação de mestrado – UEM, 2024. Disponível em: <https://ppe.uem.br/teses-e-dissertacoes-1/dissertacoes/2023/2023-rita-de-cassia-sanglard.pdf>

SANT'ANA, Sânela Celeste Garcia Viturino. **Educação de índios surdos no Brasil: desafios linguísticos e culturais.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso – INES, 2016.

SANTOS, Irlan Marcos Cerqueira. **O acesso do surdo Ka'apor em sua comunidade indígena à educação: Uma discussão de inclusão.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso – UFMA, 2015.

SANTOS, David Kaique Rodrigues dos. **Língua Indígena Pataxó de Sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas pataxós surdos (Atxôhã Txihihã Pataxó Ūpú Átxoê: niñiemã mayô uĩ modxê kijêtxawê txó txihihã pataxó porĩnok).** 2024. Dissertação de mestrado – UESB, 2024. Disponível em : <https://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/wp-content/uploads/2024/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-David-Kaique-Rodrigues-PPGREC.pdf>

SANTOS, Marcos Roberto dos. **O povo da água: A emergência da Língua Omágua-Kambéba de Sinais, uma descrição multimodal.** 2023. Tese de doutorado – UnB, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/49306>

SILVA, João Henrique da. **Formação de professores para o atendimento educacional especializado em escolas indígenas.** 2014. Dissertação de mestrado – UnB, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/668>

SILVA, Mirna Patrícia Marinho da. **Que memórias me atravessam? Meu percurso de estudante indígena.** 2017. Dissertação de mestrado – UFG, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/3b548a46-bb84-44b2-8414-032388817667>

SILVA, Bruno Henrique da. **Educação de surdos indígenas em uma comunidade Pankararu no interior de Pernambuco: Educação Inclusiva, Educação Bilíngue ou o quê?.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – UFSCar, 2019. Disponível em: https://www.tilsp.ufscar.br/assets/anexos/tcc_alunos/2019/tcc_final_bruno_henrique_da_silva_2019.pdf

SILVA, Diná Souza da. **Inventário de língua de sinais emergentes encontradas no Brasil: o caso da Cena (Jaicós-PI) e da língua de sinais de Caiçara (Várzea Alegre-CE).** 2021. Tese de doutorado – UFSC, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229358>

SOARES, Priscilla Alyne Sumaio. **Língua Terena de Sinais: uma análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos Terena da terra indígena Cachoeirinha.** 2018. Tese de doutorado – UNESP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/8730b1e2-c8bb-4574-9d91-524f8ac6f32a>

SOARES, Priscilla Alyne Sumaio; FARGETTI, Cristina Martins. Línguas indígenas de sinais: pesquisas no Brasil. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, Campinas, v. 22, e022020, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8667592>

SOUZA, Ivan de. **HQ sinalizada**: séno mókere kaxé koixómuneti. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso – UFPR, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/73351>

SOARES, Priscilla Alyne Sumaio. **Sinalizando com os Terena**: um estudo do uso da Libras e de sinais nativos por indígenas surdos. 2014. Dissertação de mestrado – UNESP, 2014. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/linguistica_lingua_portuguesa/3073.pdf

VILHALVA, Shirley. **Mapeamento das línguas de sinais emergentes**: um estudo sobre as comunidades linguísticas de Mato Grosso do Sul. 2009. Dissertação de mestrado – UFSC, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92972>

VILHALVA, Shirley. **Índios surdos**: mapeamento das línguas de sinais do Mato Grosso do Sul. Mato Grosso: Arara Azul, 2012.

VILHALVA, Shirley. **Objetos digitais e multiletramentos para o ensino de línguas na educação de indígenas surdos**: desafios e proposições. 2024. Tese de doutorado – UNICAMP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1404062>.

RECEBIDO EM: 26 de maio de 2026
APROVADO EM: 04 de junho de 2026
Publicado em julho de 2026